

**INTEGRIDADE E AUTENTICIDADE:¹
conceitos-chave para a reflexão sobre intervenções contemporâneas
em áreas históricas.**

Natália Miranda Vieira

Doutora em Desenvolvimento Urbano (UFPE, 2006), Mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFBA, 2000) e coordenadora da Especialização em Intervenções em Áreas Históricas e do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Damas – Recife (FADIC).

Endereço: Av. Rui Barbosa, 1426-B, Graças. Recife – PE.

CEP 52.050-000

Fone: 81-3426 5026 / Fax: 81- 3241 7558

E-mail: nataliavieira@faculdedamas.edu.br

¹ Artigo publicado nos Anais do ARQUIMEMÓRIA 3- Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado, Salvador, 2008.

INTEGRIDADE E AUTENTICIDADE: conceitos-chave para a reflexão sobre intervenções contemporâneas em áreas históricas.

RESUMO

A partir do princípio estabelecido pela conservação urbana de que a preservação e a modernização são os dois lados de uma mesma moeda que devem trabalhar de forma dialética, procuramos neste artigo discutir os conceitos de autenticidade e integridade como categorias fundamentais para a análise de intervenções contemporâneas em áreas históricas.

Vimos surgir, muito recentemente, o conceito da *conservação integrada ao desenvolvimento urbano*. Tiesdell, Oc, Heath (1996) colocam que o sentido original de “preservação” diz respeito à limitação da mudança enquanto que “conservação” diz respeito à *inevitabilidade da mudança e a gestão desta mudança*. Na busca de parâmetros para a defesa da diversidade cultural das áreas patrimoniais, os anos 90 concentram grandes debates internacionais em torno do conceito de **autenticidade**. A qualificação de um sítio para vir a fazer parte da Lista de Patrimônio Mundial requer, fundamentalmente, a condição de satisfazer as noções de **autenticidade e integridade**.

Entendemos que, a partir da conceituação trabalhada por Jokilehto (2006), **em se tratando especificamente do aspecto material, podemos perceber a intrínseca relação existente entre a autenticidade de determinado conjunto e o tipo de intervenção realizada em seu estoque construído. Por outro lado, a integridade está diretamente ligada ao estado de conservação de determinada obra ou conjunto e à sensação de completude ainda presente nos mesmos.**

Tiesdell, Oc, Heath (1996), de forma concisa, propõem categorias de intervenção que identificam o caráter arquitetural das intervenções em áreas históricas a partir dos conceitos de *"uniformidade contextual"*, *"continuidade contextual"* e *"justaposição contextual"*. Utilizaremos estas três posturas básicas propostas, relacionando-as com os conceitos de autenticidade e integridade. A partir desta reflexão teórica, analisaremos alguns casos de intervenções contemporâneas inseridas em áreas históricas, especialmente nas cidades de Recife e São Luís, identificando como as mesmas interferem na autenticidade e integridade do patrimônio.

Palavras-chave: Intervenção, Integridade, Autenticidade.

ABSTRACT

This article discusses the concepts of authenticity and integrity as fundamental categories for the analysis of recent interventions in historical sites following the established principle that preservation and modernization are the two sides of the same coin and, as such, should work dialectically.

The concept of conservation integrated to urban development is very recent. Tiesdell, Oc, Heath (1996) say that the original meaning of the term ‘preservation’ is related to the limitation of change, while ‘conservation’ has to do with the *‘inevitability of change and its management’*. In the search for parameters for the protection of cultural diversity in heritage areas, there were great international debates in the 90’s about the concept of **authenticity**. In order to be considered World Heritage, a site has to fulfill the requirements of **authenticity and integrity**.

Based on the conceptualization developed by Jokilehto (2006), this article holds that **if we consider solely the material aspect, we can perceive the intrinsic relationship between the authenticity of a historic site and the type of intervention done in its buildings. On the other hand, the integrity is directly linked to the degree of conservation of the whole area and to the sense of completion still present in them.** Tiesdell, Oc, Heath (1996) in a concise way suggest categories of intervention that identify the architectural character of the intervention in historical sites based on the concepts of *‘contextual uniformity’*, *‘contextual continuity’* and *‘contextual juxtaposition’*. In this article, I will make use of these three basic ideas and relate them to the concepts of authenticity and integrity. Based on this theoretical reflection, I will analyze some cases of recent interventions in historical sites, especially in the cities of Recife and São Luís, showing how they interfere in the authenticity and integrity of the heritage.

Key-words: Authenticity, Integrity, Revitalization.

INTEGRIDADE E AUTENTICIDADE: conceitos-chave para a reflexão sobre intervenções contemporâneas em áreas históricas.²

1. Os conceitos de Autenticidade e Integridade e suas relações com as intervenções no patrimônio edificado

1.1 O Conceito de Autenticidade

Em busca de parâmetros para a defesa da diversidade cultural das áreas patrimoniais, os anos 90 concentram grandes debates internacionais em torno do conceito de **autenticidade** (JOKILEHTO, 1995, p.17). A preocupação com a autenticidade, porém, não é uma novidade, ela faz parte do debate desde o estabelecimento da restauração enquanto disciplina através dos princípios defendidos por John Ruskin. Neste, encontramos a centralidade da preocupação e defesa da autenticidade dos monumentos através da preservação de sua matéria original. A motivação de Ruskin para que esta autenticidade seja preservada é eminentemente moderna: o direito das gerações futuras terem acesso a este patrimônio original (RUSKIN, 1996, p. 16-17). A valorização ao passado é tão grandiosa neste autor que o impossibilita de conceber qualquer forma que seja de intervenção. As contribuições posteriores a este debate inicial aprenderão com Ruskin a valorizar a autenticidade e enfrentarão o desafio de, mesmo reconhecendo o papel central da autenticidade, buscar ações intervencionistas que coloquem os monumentos novamente em condições de uso pela sociedade contemporânea (RUSKIN, 1996, p. 5).

A partir do momento em que a UNESCO incorpora a exigência de um “*teste de autenticidade*” para a inscrição na Lista de Patrimônio Mundial, no final dos anos 70, abre-se uma lacuna para a discussão mais ampla sobre o referido conceito. A construção da Lista de Patrimônio Mundial está baseada no conceito de “*notório valor universal*”³, que corresponde a uma significação tão excepcional que transcenda as fronteiras nacionais e seja de importância tanto para o presente como para as futuras gerações, ou seja, para a humanidade. A Convenção de Patrimônio Mundial, ao definir patrimônio cultural, ressalta que um monumento ou um grupo de edifícios, deve possuir este tipo de valor do ponto de vista da história, da arte e da ciência, enquanto que os sítios também são observados dos pontos de vista etnológico e antropológico. A partir desta definição, são colocados pelo *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention* (UNESCO, 1994), dez critérios para a identificação deste tipo de valor, sendo os seis primeiros referentes ao patrimônio cultural e os quatro últimos referentes ao patrimônio natural (JOKILEHTO, 2006).

² O presente artigo resulta das reflexões realizadas durante a tese de doutorado defendida em 2006 no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE.

³ No original: *outstanding universal value*.

Jokilehto (2006) argumenta sobre a necessidade de reflexão em torno da definição de “*notório valor universal*” e, a partir da análise do texto do relatório de um encontro estratégico do Patrimônio Mundial em 1998 em Amsterdã, conclui que, na verdade, são mais os temas e assuntos que são de natureza universal e que podem ser considerados comuns a toda a humanidade, enquanto que o patrimônio, propriamente dito, se caracteriza por sua diversidade criativa.

A qualificação de um sítio para vir a fazer parte da Lista de Patrimônio Mundial requer, fundamentalmente, a condição de satisfazer as noções de **autenticidade e integridade**. Jokilehto (2006) nos lembra que ao tratar da autenticidade, estamos lidando com as noções de continuidade e mudança⁴ e, também, com a noção de verdade. Noções estas que possuem uma longa história de discussão filosófica. O autor defende que, para tornar mais claro o conceito de valor universal, é preciso reconhecer a diversidade cultural como a essência do patrimônio da humanidade. Assim, ele defende que a autenticidade e a verdade de determinada obra é diretamente proporcional à contribuição criativa e inovadora que esta representa. Então, a conservação de determinada obra é um processo que requer o entendimento e apreciação de vários significados, não se limitando ao aspecto material.

É importante lembrar que esta apreciação se renova e modifica, à medida em que tempo passa, estando diretamente ligada à sociedade que o observa em um dado momento. Nesse sentido, em sua Teoria da Restauração, Brandi defende que a apreciação e a conservação de uma obra de arte dependem do reconhecimento de sua significância no momento em que esta é apreciada (BRANDI, 1992). Ou seja, Brandi reforça a filosofia de Riegl para quem o valor artístico é um valor determinado no momento presente, segundo o reconhecimento da sociedade contemporânea (RIEGL, 1987).

Um dos principais fóruns de discussão deste conceito aconteceu em 1994 no Japão: a “Conferência de Nara sobre Autenticidade”. Os resultados indicam a priorização de uma abordagem cultural baseada na pluralidade de valores em detrimento da abordagem anterior, mais técnica e científica. Sugere-se a necessidade de uma postura mais flexível, considerando tanto os valores estáticos quanto os dinâmicos (STOVEL in: LARSEN, 1995, p. xxv).

Logo na introdução dos anais desta conferência está colocado o papel central desempenhado pela autenticidade no que diz respeito à qualificação de valores. Também é colocado como princípio a impossibilidade de se estabelecer critérios fixos para basearem julgamentos de valor e de autenticidade. Ao contrário disto, defende-se que o patrimônio cultural precisa ser considerado e julgado dentro do contexto cultural ao qual pertence (LARSEN, 1995, p. xxiii). Assim, está clara

⁴ Sobre a discussão entre as noções de continuidade e mudança, Jokilehto (2006) lembra que o conceito de “mimesis”, apesar de ter sido frequentemente interpretado como uma imitação, não se trata de uma mera cópia, mas de um processo de aprendizagem baseado na imitação dos antigos. Processo este que garante, ao mesmo tempo, a continuidade e a elaboração e criação de novas formas.

a referência central de todo o documento à questão da diversidade cultural como um recurso insubstituível (JOKILEHTO, 2006).

O “teste de autenticidade”, ao qual já nos referimos acima, possuía, inicialmente, quatro parâmetros fundamentais: a forma ou desenho, o material, a habilidade do artífice e as características de implantação e organização de determinado sítio⁵. Tais parâmetros se referem basicamente ao patrimônio tangível e material. Após passar por uma recente revisão na publicação de 2005, o teste passa a incluir, além dos parâmetros citados anteriormente, os seguintes novos parâmetros: tradições, técnicas, língua e outras formas de patrimônio intangível.

1.2 O Conceito de Integridade

Além da autenticidade, o outro conceito fundamental para a identificação patrimonial é exatamente o conceito de integridade. A integridade está necessariamente relacionada às qualidades que são valorizadas em determinado ambiente. A definição de integridade que pode ser observada no “Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention”, de 2005 diz que: *“Integrity is a measure of the wholeness and intactness of the natural and/or cultural heritage and its attributes”* (UNESCO, 2005).

A partir da apresentação de uma série de exemplos, Jokilehto (2006) considera que a determinação de uma área como patrimônio mundial tem sido resultado do exame do que ele chama “integridade sócio-funcional” de determinado sítio à luz dos valores locais. Esta “integridade sócio-funcional” diz respeito à identificação de funções e processos nos quais o desenvolvimento de determinada área tem se baseado, ao longo do tempo. Entretanto, o autor ressalta a importância do patrimônio edificado para a identificação desta integridade:

A identificação espacial dos elementos que documentam essas funções e processos ajuda a definir a ‘integridade estrutural’ do lugar, referindo-se ao que sobreviveu de sua evolução ao longo do tempo. Esses elementos proporcionam um testemunho da resposta criativa e da continuidade nas estruturas construídas, fornecendo o sentido do conjunto espacial e ambiental da área (JOKILEHTO, 2006 – tradução nossa).

Jokilehto também levanta a importância da “integridade visual” que ajuda a definir os aspectos estéticos representados pela área.

Apesar da clara conceituação de Jokilehto (2006) para os termos autenticidade e integridade, percebemos que existe uma dificuldade prática em tratar estes conceitos separadamente. Apesar desta dificuldade, entendemos que, a partir da conceituação trabalhada por Jokilehto (2006), em se tratando especificamente do aspecto material, podemos perceber a intrínseca relação existente entre a autenticidade de determinado conjunto e o tipo de intervenção realizada em seu estoque

⁵ No original: *“design, material, workmanship and setting”*(UNESCO, 1994).

construído. Por outro lado, a integridade está diretamente ligada ao estado de conservação de determinada obra ou conjunto e à sensação de completude ainda presente nos mesmos.

1.3 O Caráter Arquitetural das Intervenções x Autenticidade e Integridade

Para auxiliar na análise da relação entre a autenticidade de um bem e o tipo de intervenção realizada, analisaremos, agora, a classificação proposta por Tiesdell, Oc, Heath (1996, p. 166-207) que apresentaremos a seguir.

Tiesdell, Oc, Heath (1996, p. 166-207), propõem categorias de intervenção que identificam o caráter arquitetural das intervenções em áreas históricas a partir dos conceitos de "*uniformidade contextual*", "*continuidade contextual*" e "*justaposição contextual*".

Os autores iniciam suas considerações sobre as intervenções físicas ressaltando que o atributo estético mais importante de uma área histórica corresponde ao seu "*espírito de lugar*" e que este deve ser mantido. Por sua vez, a manutenção da identidade visual e da continuidade do caráter físico das áreas históricas possui uma dependência crítica das práticas intervencionistas adotadas. Estas, entretanto, são alvo de discussões acadêmicas acirradas nas quais se podem identificar três posicionamentos-chave.

Por "*uniformidade contextual*" os autores entendem a cópia ou imitação dos estilos da vizinhança. Esta opção encontra críticas, como a de levar ao enfraquecimento da própria qualidade do lugar que se procurava manter através da diluição entre originais e cópias. Além disso, os autores alertam que "*a noção de uniformidade contextual pode converter-se num superficial e pouco desafiador pastiche*" (TIESDELL, OC, HEATH, 1996, p. 188).⁶

Este tipo de prática intervencionista encontra adeptos entre os defensores das reconstituições que buscam seguir os princípios de Viollet le Duc. Chamamos atenção para o fato de estarmos falando do aspecto da teoria le Duc que mais se difundiu, ou seja, a **unidade estilística**, que se constitui, na verdade, em uma simplificação mutiladora da teoria deste autor (VIOLLET LE DUC, 2000; VIOLLET LE DUC, 1996).

Se buscarmos a relação entre este tipo de intervenção e o conceito anteriormente trabalhado de autenticidade, concluímos que os conceitos caminham em direções opostas. Podemos considerar que a utilização deste tipo de intervenção está preocupada com a manutenção da integridade do local que, como vimos, diz respeito à sensação de completude de determinado conjunto. Entretanto, neste caso, a integridade é buscada às custas do comprometimento da autenticidade.

A "*justaposição contextual*" é a posição intervencionista herdeira das idéias do Modernismo que busca o espírito do nosso tempo (*zeitgeist*). Os defensores desta opção acreditam que a ordem

⁶ Este tipo de intervenção também poderia ser interpretado como muitos interpretaram o conceito de mimesis, ou seja, como uma imitação. Entretanto, a mimesis vai além da imitação, constituindo-se em um processo de aprendizagem a partir do antigo.

harmônica pode ser alcançada através da justaposição de edificações de diferentes épocas, cada uma representando a expressão do seu próprio tempo. É o caso dos projetos de Richard Rogers para o Pompidou Centre em Paris e o Lloyd's Bank em Londres.

Este tipo de prática intervencionista destaca a *marca do tempo* (ou será do arquiteto?), ou seja, o valor documental em detrimento do valor artístico. Aqui poderíamos perceber uma relação com os princípios de Boito, onde o valor histórico está no cerne da questão. Ao destacar, porém, este valor documental, em muitos casos perdemos a leitura do conjunto ou, ainda, a nova construção passa a chamar mais atenção do que o conjunto estabelecido. Isto não seria problema se não estivéssemos falando de áreas patrimoniais que pretendemos preservar para as gerações futuras (BOITO, 2002).

Se relacionarmos este tipo de intervenção com os conceitos de autenticidade e integridade, percebemos que, apesar de não comprometer a autenticidade do conjunto por deixar clara a passagem do tempo, a integridade da área vê-se afetada ao interferir na leitura e noção de completude do conjunto.

Por fim, a "*continuidade contextual*" pode ser caracterizada como uma posição intermediária entre os dois extremos explicitados acima. Esta vertente está ligada às novas concepções arquitetônicas surgidas após o período modernista. Na contemporaneidade, a preocupação com a continuidade histórica das cidades e dos lugares tem levado, em termos arquitetônicos, à legitimação de abordagens de *design* que se referem à arquitetura precedente e à tradição. Este envolvimento com a tradição arquitetônica do contexto procura ser, aqui, não uma cópia ou imitação, mas uma interpretação (TIESDELL, OC, HEATH, 1996, p. 194-195).

Exemplos de "*continuidade contextual*" podem ser classificados como intervenções que respeitam a condição de obra de arte e trabalham a dupla polaridade histórica e estética defendida por Brandi. Aqui não se cria uma falsificação histórica, porém, também não se agride a leitura estética de áreas que são consideradas patrimoniais exatamente porque possuem características particulares que não podem ser encontradas em outros lugares e que devem ser respeitadas. Assim, esta categoria de intervenção procura levar em conta tanto o conceito de autenticidade quanto o de integridade que é exatamente a proposta para a determinação do patrimônio mundial.

Ao longo deste trabalho, no que diz respeito ao **caráter arquitetural das intervenções**, vamos restringir-nos à utilização das três posturas básicas, conforme apresentação já realizada, a partir de Tiesdell, Oc, Heath (1996, p. 166-207), e à sua relação com os conceitos de autenticidade e integridade.

2. Análises de Casos: a Autenticidade e Integridade nas Intervenções Contemporâneas

2.1 O Bairro do Recife - Recife – 1993 a 2005.

Para a análise da autenticidade e integridade do patrimônio em questão, analisaremos as posturas intervencionistas adotadas durante a implementação do Plano de Revitalização do Bairro do Recife (PRBR) iniciado em 1993. A execução do PRBR foi levada a cabo pela Prefeitura da Cidade do Recife através do Escritório de Revitalização do Bairro do Recife (ERBR). A seguir analisaremos casos de intervenções observadas em diferentes momentos da implantação deste plano de revitalização.

No primeiro período de implementação, de 1993 a 1996, foram implantados na área diversos bares, restaurantes, boates, cafés, etc... Para a adaptação desses edifícios aos novos usos instalados, a postura do ERBR em relação ao nível das interferências no imóvel partia do princípio de que era necessário flexibilizar para viabilizar a chegada desses novos investidores.

Assim, nas palavras do coordenador do ERBR desse período, Romero Pereira:

Nós estávamos na fase de provar que era viável, então a gente tinha que facilitar, flexibilizar. Mas tinham alguns limites. Quais eram? A volumetria do prédio era intocável, a cobertura tinha que se manter com peças originais, material original. Quer fazer uma laje em baixo faça, mas com a mesma inclinação e com telha de barro em cima. E as duas fachadas, tinha gente que só queria recuperar uma e a gente forçava a fazer as duas. Alguns até não fizeram. O grande problema era do ponto de vista interno e a própria legislação ela já era flexível em relação a isso. A rigor, a rigor, você podeocar um prédio todinho, tirar todos os pisos, e fazer um novo interior.⁷

O que se observou, nas intervenções realizadas neste período, foi exatamente esta tendência ao “fachadismo”⁸, onde mantém-se o cenário urbano em detrimento da preservação das áreas internas. Romero Pereira dá outros exemplos de flexibilização como: a possibilidade de elevar mais 70 cm da cobertura para viabilizar a instalação de uma casa de máquinas para elevador⁹, utilização de exaustão mecânica além do que a lei permitia, e defende que este tipo de concessão podia ser realizado, já que não se estava tratando de um monumento como a Igreja Madre de Deus, por exemplo, e sim, de um imóvel de arquitetura civil.

⁷ Entrevista com Romero Pereira, ex-coordenador do ERBR, em 01 de junho de 2005.

⁸ Tiesdell, Oc, Heath (1996) ressaltam que, apesar das fachadas terem um papel fundamental para a continuidade visual de uma quadra, a preocupação com as fachadas de forma isolada pode reduzir a preocupação conservacionista a uma simples preservação da paisagem urbana. Os autores concluem que o fachadismo se constitui em praticamente uma demolição e “representa a mais extrema incidência de mudança em uma edificação histórica” (TIESDELL, OC, HEATH, 1996, p. 175-tradução nossa).

⁹ Sobre a solução de elevador hidráulico, Pereira faz o seguinte comentário: “A solução seria o elevador hidráulico mas elevador hidráulico é caro, é lento, a manutenção é mais cara, tudo é mais caro. Então, vamos negociar, a cobertura está assim, no ângulo de 35, vamos deixar o cara subir mais 70 cm que o ganho será monstruoso.” Entrevista em 01 de junho de 2005.

*Agora botar brasilit, abrir porta larga, não, em hipótese alguma. A gente tinha **um certo cuidado, mas flexibilizou-se muito**. Os usos precisavam de adaptações que tinham que ser feitas. Tanto é que em qualquer um daqueles imóveis você não ver nenhum absurdo, agora não é um restauro (grifo nosso).¹⁰*

Apresentamos, a seguir, um exemplo de intervenção deste período situado na Rua do Bom Jesus, onde atualmente funciona a Galeria Ranulpho e um escritório de advocacia. Nesta intervenção, entretanto, permitiu-se a alteração da própria volumetria da edificação com a inserção de um volume superior por conta da instalação do elevador e de um terraço superior (ver Figuras 3 e 4). Nesta edificação funcionou o primeiro serviço de correios da cidade e também a primeira agência do Banco do Brasil.



Figuras 1 e 2: Galeria Ranulpho, fachada antes e durante a intervenção.
Fonte: Sílvio Zancheti, 1992 e 1994.



Figuras 3 e 4: Galeria Ranulpho, fachada logo após a intervenção. Volumetria alterada pela inserção do elevador (ver detalhe figura 3) e inserção de terraço superior (ver detalhe figura 4).
Fonte: Sílvio Zancheti, 1996 e 2000.

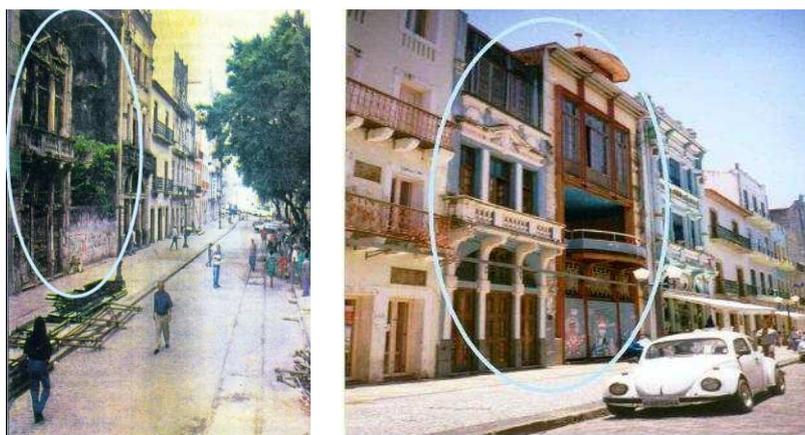
Para a instalação do escritório de advocacia, as transformações internas foram mais radicais, principalmente pela instalação do elevador, o que acarretou também em modificação de volumetria, conforme vimos acima.

O depoimento e a intervenção exemplificada demonstram que a flexibilização chegou a atingir a própria volumetria, colocada anteriormente como “intocável”. O argumento de que esse tipo de flexibilização é pertinente por se tratar de arquitetura civil também é bastante questionável já que o grande valor do Bairro do Recife se dá exatamente por ser um conjunto de exemplares, em sua maioria, de arquitetura civil e que seu valor patrimonial não está nos monumentos isolados e sim no conjunto. Aliás, como desde 1964, a Carta de Veneza defende.

¹⁰ Romero Pereira em entrevista em 01 de junho de 2005.

A avaliação realizada pelo IPHAN é de que, neste momento, o programa de revitalização foi feito de forma dissociada do entendimento dos valores das edificações, destacando que nenhuma dessas intervenções foram aprovadas pelo IPHAN. Até o tombamento da área, que só ocorrerá no final de 1998, os projetos só necessitavam da aprovação da prefeitura. As alterações de requalificação permitiram transformações internas bastante profundas que, na leitura dos técnicos do IPHAN, demonstram o despreparo técnico para a condução do programa por parte do poder municipal.¹¹

Vale destacar a intervenção realizada no preenchimento da lacuna urbana existente na Rua do Bom Jesus como um exemplo de aplicação dos princípios mais modernos de intervenção em espaços de valor histórico e artístico, que procura seguir os princípios defendidos pelo teórico Cesare Brandi (BRANDI, 1992). Os autores do projeto realizam uma proposta contemporânea sem romper com a leitura do conjunto. Não cometem um falso histórico e, mesmo assim, não agridem o entorno possuidor de valores que precisam ser respeitados (ver Figuras 5 e 6). Este pode ser considerado um exemplo de *continuidade contextual* (TIESDELL, OC, HEATH, 1996, p. 166-207).



Figuras 5 e 6: Imóvel 147/155 da Rua do Bom Jesus, exemplo de preenchimento de lacuna urbana.
Fonte: Escritório do Bairro do Recife (antes) / Tathiane Bacalhau, 2005 (depois).

No segundo período de implantação, de 1997 a 2000, as posturas intervencionistas parecem permanecer as mesmas. Quando perguntado sobre orientações para as possíveis intervenções, até onde os investidores podiam modificar o patrimônio edificado, a postura do coordenador do ERBR neste período é extremamente enfática:

[...]Agora, o que eu acho é que esse conceito partiu de um princípio de que vai se revitalizar uma área. Aquilo passa a ser um negócio e o negócio tem que dar certo. Aí tinha gente que fazia pelo lado sentimental e poético e dizia: você não pode tratar isso como um negócio. Isso é só questão de semântica, porque o negócio pra dar certo aqui tem que ser preservado, tem que ter a característica preservada porque é por isso que isso aqui é diferente do outro, então eu estou entendendo que esse

¹¹ Entrevista realizada em julho de 2006 com a arquiteta e técnica da 5ª. Superintendência Regional do IPHAN desde 1983, Fernanda Maria Buarque de Gusmão.

negócio precisa dar certo e esse negócio precisa dar certo desse jeito. Então, não adianta o cara ter um chique só porque eu falo em negócio.[...]¹²

Pode até parecer questão de semântica, mas a verdade é que existe uma diferença radical entre buscar a valorização econômica **para** garantir a preservação de determinada área e utilizar o patrimônio dando prioridade à exploração econômica deste. O que era objetivo principal, a preservação patrimonial, converte-se em objetivo secundário subordinado aos interesses econômicos. Em detrimento do tombamento do Bairro do Recife em 1998 e do início de fiscalização pelo IPHAN dos projetos realizados, em linhas gerais, observamos uma continuidade das posturas observadas nos exemplos anteriores.

No terceiro período de implantação, de 2001 a 2004, a intervenção de maior porte realizada é sem dúvida a do Shopping Cultural Paço Alfândega, com uma mega-livraria e restaurantes panorâmicos ancorando 116 lojas e praças de alimentação e a construção de dois edifícios de estacionamentos, concluídas em dezembro de 2003.



Figuras 7, 8 e 9: Alfândega, antes da intervenção, fachada e interior.
Fonte: Natália Vieira, outubro de 1998 e Acervo Paço Alfândega.

Como podemos perceber, através das Figuras 7 a 9, a edificação encontrava-se em um estado bastante precário de conservação, especialmente a área interna, necessitando urgentemente de um projeto de requalificação. Apesar disso, pela foto aérea de 2000 (ver Figura 10), observa-se que ainda era possível fazer a leitura da parte interna da edificação, que se encontrava com a parte da coberta e seu grande pátio interno relativamente íntegros. Faz-se necessário, portanto, analisar criticamente a intervenção realizada na edificação.



Edifício Alfândega

Figura 10: Vista aérea do Pólo Alfândega.
Fonte: Teresa Maia, Janeiro de 2000.

¹² Entrevista realizada em 12/08/2005.

A fachada da edificação, que ainda se encontrava bastante íntegra, foi recuperada. Mesmo nesta, porém, observamos a interferência do arquiteto ao propor um desenho completamente distinto, numa clara postura de *justaposição contextual*, para marcar a entrada do Shopping na fachada do Cais da Alfândega (ver Figuras 11 e 12). Em se tratando de um exemplar de tão grande importância histórica e cultural para a cidade, nos perguntamos sobre a pertinência de tal atitude.



Figuras 11 e 12: Alfândega, após a intervenção, fachada para o cais e detalhe da entrada nesta mesma fachada. Fonte: Natália Vieira, maio de 2006.



Figuras 13 e 14: Alfândega, após a intervenção, passarela de comunicação entre o shopping e o edifício garagem e fachada para o cais do edifício garagem que abriga a Livraria Cultura no térreo. Fonte: Natália Vieira, maio de 2006.

Ao lado do edifício da Alfândega, agora transformado em shopping para a classe média alta, foi construído um edifício garagem (ver Figura 14) que se conecta com outro edifício garagem, também construído agora, através de “passarelas” que passam sobre a Rua da Madre de Deus (ver Figuras 15 e 16). O projeto do complexo de edifícios garagem, de Paulo Mendes da Rocha, utiliza uma linguagem contemporânea e distinta do entorno, mantendo a escala do edifício da antiga Alfândega. Esta postura respeita seu entorno ao se recusar a propor um “falso histórico”, ao mesmo tempo em que não se sobrepõe à edificação antiga ao manter a sua escala. As figuras 17 e 18 apresentam a vista a partir do Rio Capibaribe para o Cais da Alfândega antes e depois da construção do edifício garagem, demonstrando que a sua inserção, sob este aspecto, não foi agressiva ao conjunto. O que questionamos aqui é a pertinência da utilização de dois dos últimos

terrenos vazios no Bairro do Recife, com localização extremamente privilegiada para a locação de edifícios garagem (ver Figura 19).

A conexão entre os edifícios garagem merece uma análise mais detida. As “passarelas”, como o autor se refere a esta estrutura de concreto armado, na verdade se constituem em uma passagem com mão dupla para veículos sobre a Rua da Madre de Deus. A entrada de veículos se dá por uma das edificações e a saída encontra-se no outro edifício garagem, levando à necessidade de passar sobre esta passagem aérea. A proposta se insere no espaço aéreo de uma das ruas mais importantes do Bairro do Recife, a rua da Madre de Deus, que abriga a Igreja Madre de Deus e o antigo edifício da Alfândega, um verdadeiro obstáculo. É interessante lembrar que o referido projeto, após receber parecer desfavorável da 5ª. Superintendência Regional do IPHAN¹³, que funciona em Recife, conseguiu a aprovação nas instâncias superiores do instituto em Brasília, evidenciando um processo que envolveu forças políticas e econômicas. Segundo os técnicos locais, em depoimento extra-oficial, este projeto foi “enfiado goela abaixo”.



Figuras 15 e 16: Perspectiva da Rua Madre de Deus, antes e depois da construção das “Passarelas” de ligação entre os edifícios garagem. Fonte: Sílvio Zancheti, 1998 e Natália Vieira, 2007.



Figuras 17 e 18: Vista do Cais da Alfândega, a partir do Bairro de Santo Antônio, antes e depois da construção dos edifícios garagem. Fonte: Sílvio Zancheti, 1998 e 2001.

¹³ “A proposta de implementação das passarelas aéreas para os referidos prédios, constituem-se em elementos estranhos às estruturas urbanas dos séculos passados, quebrando o ritmo do conjunto de edificações características de uma época, uma das razões para o tombamento do Bairro do Recife. Pelos volumes criados, provocam um impacto visual que interfere negativamente no conjunto a ser preservado e nos monumentos tombados individualmente.” Trecho do Ofício 239/2001/5ª.SR/IPHAN/MinC assinado pela Superintendente Regional Cremilda Martins de Albuquerque.

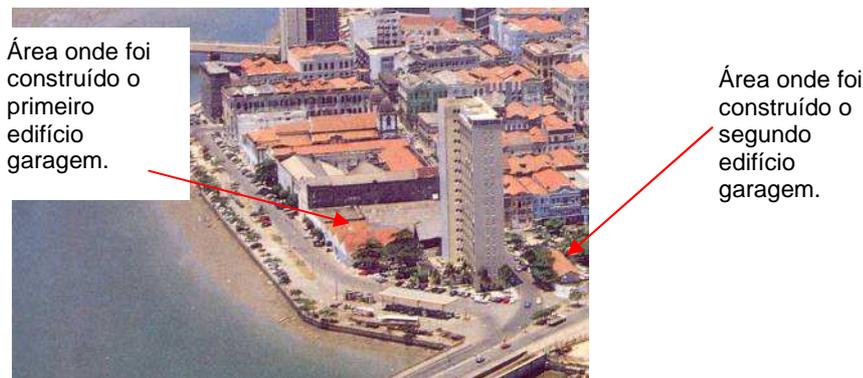


Figura 19: Área da Alfândega, antes da intervenção.
Fonte: Fotografia aérea do Acervo Paço Alfândega.

A aprovação do referido projeto gerou intensos debates na comunidade local, principalmente através de entidades do terceiro setor que se preocuparam com os resultados deste empreendimento para a autenticidade do Bairro do Recife. Apesar deste movimento, o projeto foi aprovado e realizado. Esses debates ocorreram principalmente no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Urbano da Cidade do Recife (CDU).

O CDU, cujo regimento interno teve sua aprovação pelo Decreto nº 16.940/95, é composto de 28 (vinte e oito) conselheiros, sendo 14 (quatorze) representantes do Poder Municipal e 14 (quatorze) representantes da Sociedade Civil, e tem como uma de suas atribuições centrais a análise de empreendimentos de impacto. A lei 16.176 de 1996 define, em seu artigo 61, o que é um “empreendimento de impacto” e estabelece os seguintes parâmetros:

*São considerados Empreendimentos de Impacto aqueles localizados em áreas com mais de 3 ha (três hectares), ou cuja área construída ultrapasse 20.000 m² (vinte mil metros quadrados), e **ainda aqueles que por sua natureza ou condições requeiram análises específicas por parte dos órgãos competentes do Município** (LEI 16.176/96, Art. 61, Parágrafo Único – grifo nosso).*

O projeto do complexo de edifícios garagem, por mais inadequado e estranho que possa parecer, foi analisado separadamente: um processo para o edifício garagem 01, outro para as passarelas e outro para o edifício garagem 02. Como se fosse possível a existência de um sem os outros. Isto foi extremamente questionado ao longo dos debates por vários conselheiros. A justificativa dada para tal situação era o fato de ocuparem terrenos diferentes. Por não ultrapassarem os 20 mil metros quadrados de área construída, os edifícios garagem não foram considerados empreendimentos de impacto. Apenas o processo das passarelas foi parar no CDU, por não haver legislação específica para este caso. Vimos acima, no trecho grifado da lei 16.176/96, entretanto, que esta abre a possibilidade de casos específicos serem considerados empreendimentos de impacto. Como se pode realizar a avaliação de uma passarela solta no ar, sem a análise do complexo como um todo? Apesar de todos os protestos, foi exatamente assim que aconteceu. Depois de calorosas discussões, o CDU decidiu pela aprovação das passarelas, desde que

tivessem o número de 04 pavimentos reduzido para 03 e que fossem construídas com uma estrutura desmontável, para permitir uma possível reversibilidade.¹⁴

O tratamento dispensado à área interna da edificação deixa clara a utilização de resquícios da história como elemento de mera decoração. Não existe, por exemplo, um trabalho que procure resgatar a “unidade potencial” desta área interna (BRANDI, 1992). As figuras 20 a 22 ilustram bem este fato. No vazio central do Shopping, que é coroado por uma cúpula metálica com vidro, permaneceu uma grande parede original que se encontra totalmente desconectada do restante do interior que reproduz um shopping contemporâneo como tantos outros existentes na cidade. Não há nenhum vestígio da parte interna que ainda podíamos perceber, por exemplo, na fotografia aérea da Figura 10. Segundo a técnica do IPHAN, arquiteta Fernanda Gusmão, até que se chegasse ao projeto realizado, houve uma longa discussão que pode ser confirmada através das várias versões do projeto que foram apresentadas ao referido órgão, uma média de dez versões. A técnica chamou atenção para uma característica particular da primeira versão apresentada que propunha uma edificação em altura dentro do rio Capibaribe, ou seja, em frente ao edifício da Alfândega.¹⁵ Tal proposta obstruiria completamente a visão do edifício Alfândega a partir do bairro de Santo Antônio. Para a arquiteta, o projeto realizado já representa um grande avanço, resultante do esforço do IPHAN, no sentido de garantir um mínimo de preservação.



Figuras 20, 21 e 22: Espaço interno do Shopping Alfândega, após a intervenção, vazio central coberto por cúpula e ligação do shopping com o edifício garagem.

Fonte: Fotografias Natália Vieira, maio de 2006.

Os exemplos acima analisados demonstram o aspecto característico da maior parte das intervenções: a flexibilidade. Além da análise de casos acima apresentada, realizamos um levantamento por amostragem do tipo de intervenção que vem sendo realizada no Bairro do Recife. Dos 50 imóveis¹⁶ levantados na pesquisa de campo realizada em 2005, mais de trinta por cento passaram por intervenções modernizadoras de sua estrutura e funcionamento. Em nenhum

¹⁴ Decisão tomada na 116ª reunião do CDU, datada de 01 de agosto de 2003.

¹⁵ Entrevista realizada em julho de 2006.

¹⁶ Estes 50 imóveis foram selecionados a partir de um sorteio aleatório de todos os imóveis que fazem parte do Pólo Bom Jesus no Bairro do Recife e correspondem a 40% dos imóveis desta área.

dos imóveis levantados pode-se dizer que houve um procedimento de restauro do bem (ver Tabela 01).

TABELA 01 TIPO DE INTERVENÇÕES REALIZADAS NO PÓLO BOM JESUS - Setembro de 2005

	Imóveis Levantados	Simples Reparo	Modernização	Restauro	Construções recentes	Nenhuma Intervenção
No.	50	20	18	0	01	11
%	100%	40%	36%	-0-	2%	22%

Fonte: Natália Vieira, 2005.

Assim, podemos concluir que, no caso do Bairro do Recife, o que observamos é que a postura mais utilizada foi a *“justaposição contextual”*, que, se por um lado, se caracteriza pela utilização das técnicas e materiais contemporâneos e não leva a formação de um *false histórico*, de outro lado interfere na leitura do conjunto e na sua sensação de completude, ou seja, na sua integridade.

2.2 A Praia Grande – São Luís - MA – 1993 a 2005.

A partir de 1987, a área principal do centro histórico de São Luís do Maranhão será alvo do chamado Projeto Reviver que objetiva a recuperação de toda a área da Praia Grande. Este projeto será realizado a partir da publicação realizada no ano anterior do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCHSL). A abrangência do projeto e a concentração de investimentos dão uma visibilidade tal que as pessoas passam a se referir a esta área da cidade como “a área do Reviver”. De 1987 a 1990 a Praia Grande passa por uma grande reconstrução. O documento de 1992, intitulado *“Reviver”*, demonstra a dimensão da reconstrução levada a cabo neste período e o orgulho com que o governador responsável exhibe o principal troféu de sua gestão.¹⁷ As fotos apresentadas no documento de 1992 apresentam uma situação de ruína bastante adiantada (Figuras 23 e 24).



Figura 23 e 24: Estado de degradação bairro da Praia Grande antes do projeto Reviver.
Fonte: PEREIRA, 1992, p. 18, 19 e 21.

¹⁷ PEREIRA, Epitácio Cafeteira Afonso. Reviver. Teresina: Editora Aquarela, 1992: 108p.:il.:30cm.

O bairro da Praia Grande transforma-se num verdadeiro canteiro de obras (Figuras 25 e 26), onde é realizada uma série de serviços infra-estruturais, entre os quais destacam-se o embutimento subterrâneo de toda a fiação elétrica e telefônica (Figuras 27 e 28) e o trabalho de drenagem que levou à descoberta e desobstrução das antigas galerias subterrâneas.



Figura 25 e 26: “Reconstrução” do bairro da Praia Grande com o projeto Reviver. Fonte: PEREIRA, 1992, p. 27.

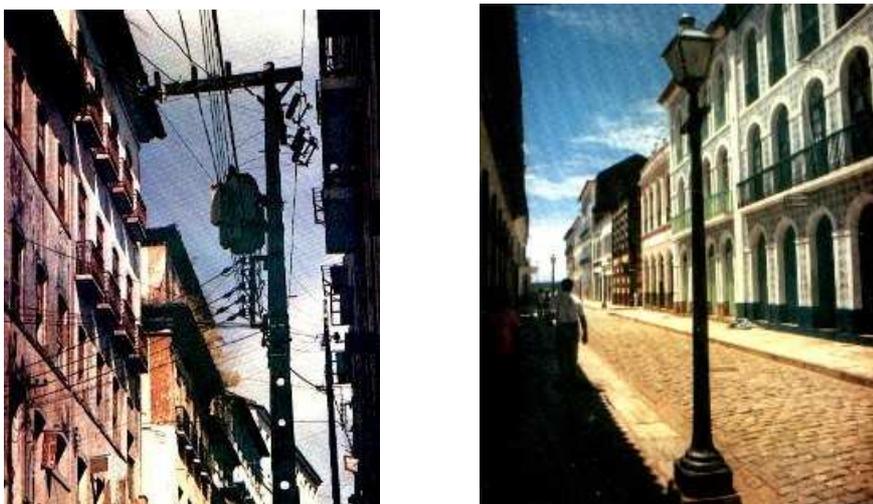


Figura 27 e 28: Bairro da Praia Grande antes e depois do embutimento da fiação elétrica com o projeto Reviver. Fonte: PEREIRA, 1992, p. 29.

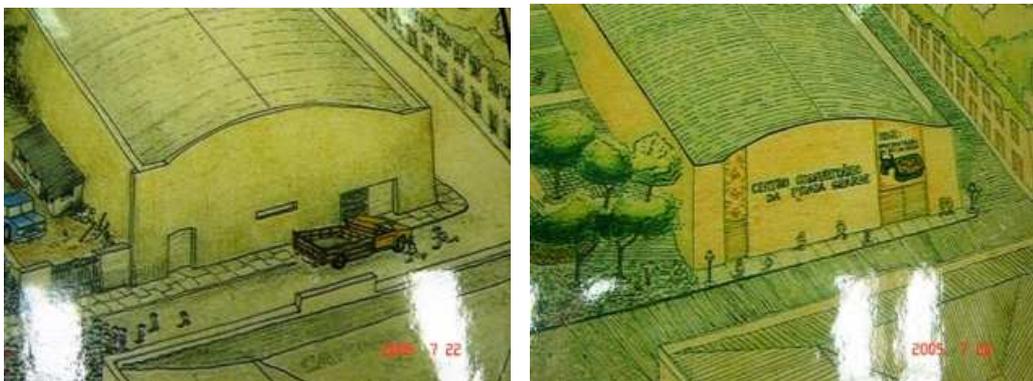
Neste período, são recuperados 107 mil metros quadrados de área urbana, 15 quadras, 200 edificações e 40 mil metros quadrados de imóveis de destaque restaurados (ANDRÉS, 2000). Todas as 200 edificações que foram alvo de recuperação pertenciam ao Estado. Esperava-se que, a partir deste investimento do Estado, os proprietários privados também recuperassem os seus imóveis (PEREIRA, 1992, p. 27). Em 22 de dezembro de 1989 é oficialmente inaugurada a “restauração da Praia Grande”. Neste período, os valores de conservação que se observam nos projetos realizados estão pautados pelos princípios de reconstituição do cenário histórico da área da Praia Grande, como pode-se observar através dos exemplos citados:

A praça do Comércio recebeu o plantio de árvores, recuperando-se a sua paisagem original conforme as fotografias do final do século XIX. [...] A nova iluminação pública passou a ser feita através de lâmpadas e postes de ferro fundido, conforme os modelos de iluminação a gás do mesmo período. [...] projetados a partir de fotos do início do século (PEREIRA, 1992, p.16 e 29).

O princípio da reconstituição também foi utilizado na recuperação das edificações. A descrição de algumas dessas recuperações deixa claros os princípios utilizados. Sobre o Sobrado da Montanha Russa, que fica ao lado do Palácio dos Leões e que se encontrava em ruínas, observamos o seguinte comentário: “A obra de restauração realizada reconstituiu integralmente a fachada dianteira com base na documentação fotográfica de São Luís em 1908 [...]” (PEREIRA, 1992, p.44).

Outro exemplo ainda mais gritante desta recomposição de um cenário é a transformação de um antigo galpão de depósito de açúcar no atual Teatro João do Vale. Abaixo. A descrição e justificativa para tal intervenção foi a seguinte:

[...] Em função de sua natureza construtiva extremamente sólida e de sua localização estratégica ao lado da Praça do Reviver [...] optou-se pelo seu reaproveitamento e adaptação. Assim, foi feito um agenciamento de suas fachadas, abrindo-se numerosos vãos em dois níveis, de forma a acompanhar o ritmo dos sobrados vizinhos. [...] Ainda na fachada foi construído um frontão triangular buscando harmonia com a tipologia do entorno (PEREIRA, 1992, p.76).



Figuras 29 e 30- Desenhos do antigo galpão posteriormente transformado no Teatro João do Vale – o primeiro representa a sua feição antes do processo de revitalização e o segundo representa a primeira proposta de intervenção no mesmo. Fonte: Natália Vieira / Julho de 2005.

A proposta de intervenção do Teatro João do Vale maquia sua fachada para uma leitura semelhante ao do casario do entorno e “enfia” dentro desta caixa o programa do teatro que se desenvolve sem nenhuma relação com o tratamento dado à fachada, forçando, por exemplo, que escadas passem pelo meio de aberturas que aparecem na fachada como janelas. Sendo uma nova construção, não havia nenhuma necessidade deste tipo de adaptação desconexa entre interior e exterior, o que torna o projeto ainda mais questionável (Figuras 31, 32, 33, 34 e 35).



Figuras 31 e 32: Fotos da intervenção realizada no galpão, transformando-o no atual Teatro João do Vale. Fonte: Natália Vieira / Julho de 2005.



Figuras 33, 34 e 35: Fotos internas da intervenção realizada no galpão, transformando-o no atual Teatro João do Vale. Observamos a desconexão entre espaços externos e internos. Fonte: Natália Vieira / Julho de 2005.

Por outro lado, de forma contraditória aos exemplos acima comentados, o documento do Projeto Reviver, ao registrar a restauração do Convento das Mercês, comenta que, apesar de ter sido descoberto o alicerce da capela, ela não foi reconstruída porque: *“Isso seria fraudar a história. Mais importante é a fundação verdadeira que ainda ali está, com restos do altar original”* (PEREIRA, 1992, p.39). O nível das reconstituições realizadas nos outros exemplares já nos deixam com esta sensação de que a autenticidade do conjunto foi comprometida pela ânsia da recuperação.

Por ocasião do trabalho para o reconhecimento do centro histórico de São Luís como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, que aconteceu em 1998, o IPHAN realizou um extenso levantamento da área que incluiu o mapeamento do estado de conservação dos imóveis e a identificação das *“categorias de preservação”* trabalhadas durante o processo de revitalização pelos órgãos de preservação de São Luís.¹⁸ Segundo o documento de 1998, as edificações foram trabalhadas segundo três categorias básicas: Preservação Arquitetônica, Reconstituição Arquitetônica, Integração Arquitetônica (ver Figura 36).

A partir deste documento, percebe-se, com maior clareza, os princípios intervencionistas trabalhados no processo de revitalização do centro histórico de São Luís. Segundo técnica do IPHAN,¹⁹ a primeira destas categorias, a Preservação Arquitetônica, se refere a edificações que ainda possuem suas características arquitetônicas preservadas e precisam de trabalho de manutenção e conservação. Já a segunda categoria, a de Reconstituição Arquitetônica, seria o retorno à fisionomia original de pequenas partes multiladas. A técnica ressaltou que não estavam trabalhando com reconstruções e comparou com a experiência de outros estados, como Pernambuco e Rio de Janeiro, afirmando ter conhecimento da prática das reconstruções, o que, segundo ela, não era a postura adotada em São Luís.²⁰

¹⁸Estas informações estão sistematizadas em uma publicação de capa dura e ilustrada, datada de 1998 (ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro (Coord.). Centro Histórico de São Luís – Maranhão: patrimônio mundial. São Paulo: Audichromo Editora, 1998. 114p).

¹⁹ Entrevista realizada com a arquiteta Stella Regina Soares de Brito, em 18 de julho de 2005.

²⁰ *Eu sei que Pernambuco adota muito isso, o Rio também adota. Inclusive a moça do projeto do Rio, do Corredor Cultural, ela veio aqui esse ano, no início do ano e ela mostrou o caso de um prédio que tinha sido completamente multilado, eles tinham o projeto arquitetônico original, o cara demoliu todinho e reconstruiu igualzinho o original. Isso aqui a gente não é muito dessa linha não, tá? (risos) Isso tudo para ele conseguir a isenção de Imposto, que é alta. Então, pra ele compensou demolir e retornar as características antigas. Não é o caso de São Luís até porque o IPTU aqui ele tem sido ainda muito pouco utilizado pra abatimento.* Entrevista realizada em 18 de julho de 2005.



Figura 36: Mapa das Categorias de Preservação dos Imóveis do Centro Histórico de São Luís. O roxo representa a “Preservação Arquitetônica”, o verde a “Reconstituição Arquitetônica” e o amarelo a “Integração Arquitetônica” Fonte: ANDRÉS, Luiz Felipe de Carvalho Castro (Coord.). Centro Histórico de São Luís – Maranhão: patrimônio mundial. São Paulo: Audichromo Editora, 1998. pg 46.

Pode-se observar, entretanto, que não há um entendimento consensual sobre estas categorias dentro do próprio IPHAN, pois, quando perguntada sobre a mesma questão, a Superintendente Regional apresentou a seguinte definição:

É facultada a reconstituição de elementos que tenham desabado dos quais se tenha todo o registro, utilizando a mesma técnica e as mesmas formas. Você só não tem aí a questão da autenticidade do material, mas você tem a autenticidade da técnica e do material utilizado. Em casos como esse normalmente se reconstitui o volume, se reconstitui fachada, se reconstitui telhado, mas o interior é livre. Você não tem que reconstituir como era antes porque aí não tem mais sentido. Você reconstitui o volume só em função da ambiência.²¹

Para exemplificar esta categoria, a superintendente do IPHAN citou o caso do próprio Solar dos Vasconcelos: “[...] ali, de original, só tem a fachada. Foi reconstituído o volume e o espaço interno”. Foi questionado se havia algum exemplo de reconstituição onde a fachada original já houvesse caído, mas a entrevistada, apesar de ressaltar que haviam exemplos desse tipo, não lembrou de nenhum caso que pudesse citar (Figuras 37 a 41).

²¹ Entrevista realizada com a Superintendente do IPHAN, Kátia Bogéa, em 18 de julho de 2005.



Figuras 37 e 38: Salão de Entrada do Solar dos Vasconcelos, antes e depois da reconstituição.
Fonte: Natália Vieira/julho de 2005.



Figuras 39 e 40: Pavimento Superior do Solar dos Vasconcelos, antes e depois da reconstituição. Fonte: Natália Vieira/julho de 2005. (as imagens referentes ao estado anterior foram fotografadas a partir de murais expostos no próprio Solar).



Figura 41 – Fachada do Solar Vasconcelos, após a reconstituição.
Fonte: Natália Vieira / Julho de 2005 (não foi encontrado registro do seu estado anterior à reconstituição).

Para definir a categoria de Integração Arquitetônica, a Superintendente do Iphan deu o seguinte exemplo:

*[...] você tem uma quadra onde existe um terreno vazio. A quadra está toda completa com exceção daquele terreno vazio. Você pode construir desde que o projeto proposto se integre ao volume da quadra. **Porque você não vai fazer um pastiche, você não vai fazer uma cópia, mas você vai fazer uma integração.** [...]Você recompõe a quadra com volumes compatíveis, preservando a ambiência. Essa seria*

a *Integração Arquitetônica*: é integrar um elemento novo a um conjunto que tem um determinado volume e ritmo [...]”²²

A seguir, podemos observar alguns exemplos deste tipo de intervenção citados pela entrevistada: o auditório da Escola de Arquitetura da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA (“*você olha, você ver que não é o antigo mas ele se harmoniza com o conjunto*”²³) e o prédio do CDL, o Clube dos Diretores Lojistas (“*era um terreno vazio que foi construído, ele mantém o ritmo dos vãos da quadra, mantém o volume mas não tem cimalha, as vazaduras são diferentes*”²⁴).



Figura 42: CDL, exemplo de “integração arquitetônica”.

Fonte: Natália Vieira/julho de 2005.



Figuras 43 e 44: Auditório da Escola de Arquitetura da UEMA, exemplo de “integração arquitetônica”.

Fonte: Natália Vieira/julho de 2005.

A técnica do IPHAN classificou o Teatro João do Vale, já comentado anteriormente, também como um caso de integração. Ela ressalta que as integrações devem possuir características atuais, utilizando também as tecnologias do presente.

Apesar da técnica do IPHAN criticar a prática das reconstruções, denominada por ela mesma como um “falso testemunho”, os exemplos apresentados e analisados demonstram a proximidade

²² Entrevista realizada em 18 de julho de 2005.

²³ IDEM

²⁴ IDEM

da atuação em São Luís deste tipo de prática. Isso se torna ainda mais evidente quando observamos a categoria de “Integração Arquitetônica” para qual, segundo o IPHAN, deveriam ser utilizadas características e tecnologias atuais evitando a confusão de distinção entre antigo e novo. Entretanto, a própria técnica do IPHAN que afirmou não estarem querendo criar “falsos testemunhos”, classifica o Teatro João do Vale como um exemplo deste tipo de categoria. Como já vimos, trata-se, na verdade, de um grande pastiche. Os demais exemplos citados desta categoria também demonstram uma atuação profissional, no que se refere à inserção de edificações novas em um contexto histórico, voltada para proposições que não diferem muito da prática da reconstituição. Se a idéia, como a superintendente coloca, é não fazer uma cópia ou um pastiche, os exemplos citados do CDL e da UEMA, mesmo que de forma menos gritante que o Teatro João do Vale, estão muito próximos disto.

Sendo assim, reforça-se aqui o questionamento em relação ao comprometimento da autenticidade do conjunto pelo nível das reconstituições realizadas.

Outro exemplo de intervenção que merece um comentário em destaque é a “Morada das Artes”, inaugurada em 2001. Na verdade, esta foi uma edificação reformada pelo Estado e alugada aos artistas locais para um uso múltiplo. A idéia é possibilitar que os artistas possuam um local de moradia junto ao seu local de trabalho com espaço para exposições coletivas e venda de seus trabalhos. Esta é uma clara reforma modernizadora que chama atenção pela qualidade do espaço gerado com características realmente contemporâneas. Bastante diferente da prática mais comum, realizada até o momento, de proceder a reconstruções miméticas. A “Morada das Artes” está instalada em antigos galpões de armazenagem da Alfândega. Sendo assim, a modernização interna não destruiu nenhuma tipologia histórica, já que o espaço interno era totalmente livre (ver Figuras de 45 a 50).



Figuras 45 e 46: “Morada das Artes”, fachada e vista interna para a fachada. Fonte: Natália Vieira/Julho de 2005.



Figuras 47 e 48: “Morada das Artes”, área interna. Ateliê dos artistas, espaço para exposições, balcão de informações. Volume em vidro no andar superior abriga as residências dos artistas. Fonte: Natália Vieira/Julho de 2005.



Figuras 49 e 50: “Morada das Artes”, área interna. Ao fundo, escada de acesso às residências e área interna de uma residência tipo. Fonte: Natália Vieira/Julho de 2005.

Além dos estudos de caso acima apresentados, com o objetivo de realizar uma análise sobre os tipos mais comuns de intervenções realizadas sobre o patrimônio edificado no caso do centro histórico de São Luís, foi levantada uma amostra que corresponde a 30% dos imóveis que compõem o bairro da Praia Grande, realizada em julho de 2005, identificando o tipo de intervenção realizada. Este levantamento visa a análise da autenticidade do conjunto em questão (Ver Tabela 2).

TABELA 2 Tipos de Intervenção no Patrimônio Edificado do bairro da Praia Grande - Julho de 2005

	Imóveis Levantados	Simples Reparo	Modernização	Restauro	Construções recentes	Nenhuma Intervenção
No. Imóveis	55	26	9	0	7	13
Porcentagem	100%	47,27%	16,36%	0	12,73%	23,64%

Fonte: Natália Vieira, 2005.

Podemos observar que as intervenções modernizadoras ainda são a minoria, representando menos de 20% das edificações levantadas. As intervenções mais conservadoras, que apenas reparam a estrutura existente, representam quase a metade do universo pesquisado. Vale salientar que não é possível afirmar, com total certeza, se todas estas são realmente apenas reparo ou se alguma delas passou por um processo de restauro. Também observamos um percentual bastante elevado de edificações ainda sem nenhum tipo de intervenção.

Observamos, assim, que os esforços empreendidos no sentido de revitalizar o centro histórico de São Luís, principalmente a partir dos anos 80, surtiram um efeito bastante significativo na mudança de uma situação de total degrado e abandono para um nível de conservação bastante razoável, garantindo a integridade do conjunto. Entretanto, apesar do resultado positivo em relação à integridade, a autenticidade do conjunto foi afetada negativamente pelo processo. Ao cruzarmos a observação de que quase 50% das edificações da amostra levantada correspondem a processos de restauração ou manutenção com o mapa correspondente à figura 36, que apresenta as categorias de intervenções, entre as quais pode-se perceber a ampla utilização da chamada Reconstituição Arquitetônica, nos deparamos com uma situação comprometedora de autenticidade do conjunto.

A partir do exposto, chegamos à conclusão de que, apesar do bom grau de conservação do patrimônio construído, sua autenticidade foi comprometida devido à utilização de intervenções miméticas e de reconstituições arquitetônicas que não nos possibilitam mais a percepção de quais são os casarões que efetivamente sobreviveram até os dias de hoje e quais deles foram reconstruídos entre os anos 80 e 90. Podemos classificar tais intervenções como exemplos de *uniformidade contextual* (TIESDELL, OC, HEATH, 1996, p.166-207).

Com o desenvolvimento turístico e aumento da inserção da iniciativa privada no processo, que caracteriza o período atual, começam a surgir exemplos de intervenções de *justaposição contextual* e *continuidade contextual* (TIESDELL, OC, HEATH, 1996, p. 166-207). Tal fato pode significar um avanço para a garantia da preservação da autenticidade ainda existente. É preciso, porém, limitar as intervenções modernizadoras a um grau que não agrave ainda mais a autenticidade deste patrimônio, como observado no caso do Bairro do Recife.

Considerações Finais

A conservação das nossas cidades passa necessariamente pela discussão de como trabalhar de forma dialética com o novo e o antigo. Como adequar nossas estruturas patrimoniais às necessidades contemporâneas sem destruir o nosso patrimônio cultural? Os conceitos de autenticidade e integridade podem nos auxiliar no enfrentamento deste desafio.

Os casos apresentados nos mostram que esta não é uma equação de fácil solução e que não existe uma “receita de bolo” adequada a todos os casos. É indispensável um processo crítico de

análise de cada situação que leve em conta a autenticidade, não criando *falsos históricos*, e a integridade das estruturas patrimoniais, de forma a garantir a legibilidade do patrimônio.

No caso da revitalização do Bairro do Recife o que percebemos foi que, para garantir a instalação de novas atividades com necessidades características dos tempos atuais, foram permitidas interferências que chegaram até ao puro fachadismo. As posturas intervencionistas cada vez mais flexibilizadas também são resultado da pressão dos valores econômicos sobre os demais valores de conservação. A postura intervencionista mais adotada neste caso foi a *justaposição contextual* que, como vimos no início deste trabalho prioriza a autenticidade em detrimento da integridade.

Na revitalização do centro histórico de São Luís, a partir da análise dos tipos de intervenções realizadas no estoque construído da área ao longo da implementação, o que percebemos é um progressivo comprometimento da autenticidade do conjunto em decorrência das reconstituições realizadas. Diferente da integridade do conjunto, a autenticidade nunca foi abordada com a seriedade que a questão merece. Neste caso utilizou-se em demasia da *uniformidade contextual*, que, em busca da integridade prejudica a autenticidade.

Na verdade, estes dois conceitos só fazem sentido se trabalhados de forma conjunta, são os dois lados de uma mesma moeda, uma não existe sem a outra. Assim, percebemos que a postura intervencionista da *continuidade contextual* que trabalha desta forma dialética ainda não tem sido utilizada da forma sistemática como deveria, sendo observada apenas em ações isoladas do contexto geral. Este ainda continua a ser nosso desafio, difundir a proposta ainda muito pouco compreendida de trabalhar a dúplice polaridade histórica e estética das estruturas patrimoniais como preconiza Brandi (1992).

Referências Bibliográficas:

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. **O processo de Planejamento da Conservação Integrada**. Trabalho de conclusão do Módulo 3 do Mestrado em Desenvolvimento Urbano, UFPE. São Luís, fevereiro de 2000.

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro (Coord.). **Centro Histórico de São Luís – Maranhão: patrimônio mundial**. São Paulo: Audichromo Editora, 1998. 114p.

BOITO, Camillo. **Os restauradores**. Apresentação por Beatriz Mugayar Kühl e tradução por Beatriz Mugayar Kühl e Paulo Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. Coleção Artes & Ofícios, n. 3. 63p.

BRANDI, Cesare. **Teoria de la restauración**. Madrid: Alianza Forma, 1992. 149p.

CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: Edições do Patrimônio, IPHAN, 1995.

JOKILEHTO, Jukka. **Considerations on Authenticity and Integrity in World Heritage Context**. In: City & Time 2 (1): 1. [online] [URL:http://www.ct.ceci-br.org](http://www.ct.ceci-br.org), 2006.

JOKILEHTO, Jukka. **Conceitos e Idéias sobre conservação**. In: ZANCHETI, Sílvio Mendes/CECI/PPGDU-UFPE (Org.). **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002. p. 11-30.

JOKILEHTO, Jukka. **Authenticity: a General Framework for the Concept**. In: LARSEN, Knut Einar (ed.). **Nara Conference on Authenticity – Proceedings**. Japan: UNESCO/ICCROM/ICOMOS, 1995. p. 17-34.

LAPA T.; ZANCHETI S. M. **Conservação Integrada Urbana e Territorial**. In: Zancheti S. M./CECI/PPGDU-UFPE (Org.). **Gestão do Patrimônio Cultural Integrado**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1998. p. 31-44.

LARSEN, Knut Einar (ed.). **Nara Conference on Authenticity – Proceedings**. Japan: UNESCO/ICCROM/ICOMOS, 1995.

LEI 16.176/96

PEREIRA, Epitacio Cafeteira Afonso. **Reviver**. Teresina: Editora Aquarela, 1992. 108p.:il.:30cm.

RECIFE, Prefeitura Municipal do. Empresa de Urbanização do Recife – URB Recife. **Processo de Revitalização do Bairro do Recife – 1986/2001**. Recife, novembro de 2001.

RECIFE, Prefeitura Municipal do. Empresa de Urbanização do Recife – URB Recife. **Revitalização do Bairro do Recife – Proposta de Tombamento do Núcleo Original da Cidade do Recife ('Dentro de Portas')**. Vol. I- Exposição de Motivos e Vol. II- Detalhamento da Proposta Técnica. Recife, fevereiro de 1998.

RIEGL, Alois (1903). **El culto moderno a los monumentos**. Madrid: Visor, 1987.

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. Apresentação, tradução e comentários críticos por Odete Dourado. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, UFBA, 1996. 49p. (PRETEXTOS, Série b, Memórias, 2).

TIESDELL, Steven; OC, Taner; HEATH, Tim. **Revitalizing Historic Urban Quarters**. Oxford: Architectural Press, 1996. 234p.

UNESCO. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**. Paris, 1994.

UNESCO. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**. Paris, 2005 (revisão).

VIEIRA N. M. **Gestão de Sítios Históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos nas fases de formulação e implementação de programas de revitalização em áreas históricas**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE. Recife: MDU/UFPE, 2006.

VIEIRA, Natália Miranda. **A Discipline in the making: Restoration Classics Revisited**. In: City & Time 1 (1): 1. [online] [URL:http://www.ct.ceci-br.org](http://www.ct.ceci-br.org), 2005.

VIEIRA, Natália Miranda. **Práticas preservacionistas contemporâneas: valor cultural x valor econômico**. In: www.arqbr.com.br. Publicado em 14/11/2002.

VIEIRA N. M. **O lugar da história na cidade contemporânea. Bairro do Recife x Pelourinho**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Salvador: UFBA, 2000. 254p.

VIOLLET LE DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Apresentação e tradução por Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000. Coleção Artes & Ofícios, n. 1. 70p.

VIOLLET LE DUC, Eugène Emmanuel. **Restauo**. Apresentação, tradução e comentários críticos por Odete Dourado. Salvador: Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, UFBA, 1996. 52p. (PRETEXTOS, Série b, Memórias, 1).

ZANCHETI, Sílvio. **Revalorização de Áreas Centrais - A Estratégia do Bairro do Recife**. In: ZANCHETI, Sílvio; MARINHO, Geraldo; MILET, Vera (Orgs.). Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas. Recife: MDU/UFPE, nov.,1995. p. 100-109.

ZANCHETI, Sílvio; MARINHO, Geraldo; LACERDA, Norma (Orgs). **Revitalização do Bairro do Recife: plano, regulação e avaliação**. Recife: UFPE/MDU/CECI, 1998. 135p.